III) Justificar ou injustificar as faltas, nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, de enfermagem e dos assistentes operacionais adstritos à área clínica;

IV) Conceder o estatuto do trabalhador estudante ao pessoal da enfermagem e aos assistentes operacionais adstritos à área clínica nos termos das normas legais em vigor;

V) Autorizar o gozo de férias por parte do pessoal de enfermagem e aos assistentes operacionais adstritos à área clínica;

VI) Autorizar a inscrição e participação dos enfermeiros aos assistentes operacionais adstritos à área clínica em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes realizadas no País;

VII) Autorizar a realização de estágios e visitas de estudo no Centro Hospitalar a enfermeiros em formação cujas escolas o solicitem;

VIII) Propor a nomeação de enfermeiros adjuntos para a Direção de Enfermagem e de Enfermeiros Chefes ou responsáveis dos serviços;

IX) Promover o processo de avaliação do pessoal de enfermagem;

X) Homologar as avaliações de desempenho dos trabalhadores afetos às áreas e serviços sob a sua responsabilidade;

XI) Definir padrões de cuidados de enfermagem e indicadores de avaliação dos cuidados de enfermagem prestados.

7 — Em todos os atos praticados no exercício da presente delegação de competências o delegado deverá fazer a menção expressa da competência delegada, nos termos do disposto do artigo 48.º do CPA.

8 — Nos termos do artigo 46.º, n.º 1 do CPA, autorizar os membros que receberam as competências acima identificadas, a subdelegar as competências delegadas no pessoal dirigente ou de chefia que deles depende.

9 — Em caso de ausência, falta ou impedimentos da Presidente do Conselho Diretivo, serão as funções ora delegadas desempenhadas pela Vogal Executiva do Conselho Diretivo, Dr.ª Maria Fernanda Moreira dos Santos Silva.

10 — Em caso de ausência, falta ou impedimentos da Vogal Executiva do Conselho Diretivo, Dr.ª Maria Fernanda Moreira dos Santos Silva, serão as funções ora delegadas desempenhadas pela Presidente do Conselho Diretivo, Dr.ª Teresa Maria da Silva Sustelo.

11 — Em caso de ausência, falta ou impedimentos da Diretora Clínica do Conselho Diretivo, Dr.ª Teresa Isabel Lousada Brito Mota, serão as funções ora delegadas desempenhadas pelo Conselho Diretivo.

12 — Em caso de ausência, falta ou impedimentos do Enfermeiro Diretor do Conselho Diretivo, Enfermeiro Eduardo Jorge Delgado Catarino, serão as funções ora delegadas desempenhadas pelo Conselho Diretivo.

13 — A presente deliberação produz efeitos retroativos a 16 de janeiro de 2017, ficando ratificados todos os atos que, entretanto, no âmbito dos poderes delegados tenham sido praticados.

8 de maio de 2018. — A Administradora do SGRH, *Cristina Pereira*.

311331473

Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I. P.

Despacho n.º 4975/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 18 de abril de 2018, se procedeu à consolidação definitiva da mobilidade na categoria, no mapa de pessoal deste Instituto, da técnica superior Fedra Mara Lagarteira de Arêde, com remuneração idêntica à atualmente detida, 2.ª posição, nível 15.º da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

O presente despacho produz efeito desde 18 de abril de 2018.

19 de abril de 2018. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Carlos José Liberato Baptista.*

311308056

Despacho n.º 4976/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 19 de abril de 2018, se procedeu à consolidação definitiva da mobilidade na categoria, no mapa de pessoal deste Instituto, da assistente técnica Munira Amir Ali Alibhai Cardoso, com remuneração idêntica à atualmente detida, entre a 4.ª e 5.ª posição e o 9.º e 10.º nível da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

O presente despacho produz efeito desde 19 de abril de 2018.

20 de abril de 2018. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Carlos José Liberato Baptista*.

311302523

PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas

Despacho n.º 4977/2018

Em aditamento ao meu Despacho n.º 4144/2018, de 12 de abril de 2018, publicado no *Diário da República* n.º 79/2018, Série II de 2018-04-23, através do qual foi designado para exercer o cargo de técnico especialista do meu gabinete o licenciado João Pedro Brilhante da Silva, determino o seguinte:

1 — É aditado um n.º 7 ao Despacho n.º 4144/2018, de 12 de abril, com a seguinte redação:

«7 — O estatuto remuneratório do designado é o de adjunto nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro.»

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de abril de 2018.

3 de maio de 2018. — O Secretário de Estado das Infraestruturas, *Guilherme Waldemar Goulão dos Reis d'Oliveira Martins.*

311337987

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Aviso n.º 6672/2018

A delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) para a área do município de Trofa foi publicada pela RCM n.º 45/2008, de 29 de fevereiro, com a Declaração de Retificação n.º 23/2008, de 29 de abril.

A Câmara Municipal de Trofa apresentou, nos termos do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, uma proposta de alteração da delimitação da REN, relativa à exclusão de uma área com um total de 0,2368 ha (E1) na tipologia "Zona ameaçada pelas cheias" da REN da Trofa em vigor para licenciamento de uma instalação para a realização de gestão de resíduos, na sequência do pedido de regularização da instalação, ao abrigo do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, com deliberação favorável em Conferência Decisória.

A proposta de alteração obteve o parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P./Administração Regional Hidrográfica do Norte, tendo a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte aprovado, em 29 de novembro de 2017, a alteração da delimitação de REN para o município de Trofa.

Assim:

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, com a redação do Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, faz-se público o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

Foi aprovada a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional para o município de Trofa, com a área a excluir identificada na folha A e no quadro anexo ao presente aviso que dele fazem parte integrante.

Artigo 2.º

Consulta

A Carta da REN do município de Trofa, constituída por um total de duas folhas, o quadro anexo e a memória descritiva e justificativa podem ser consultados na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e na Direção-Geral do Território.

Artigo 3.º

Produção de efeitos

O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

19 de março de 2018. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, *Fernando Freire de Sousa.*

QUADRO ANEXO

Delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Trofa

Número de ordem	Superfície (ha)	Tipologia REN	Fim a que se destina	Síntese da fundamentação
E1	0,2368	Zona Ameaçada pelas Cheias.	Satisfação de carências existentes	Viabilização do respetivo licenciamento para a realização das operações de gestão de resíduos.

Identificadores das imagens e respetivos endereços do sítio do SNIT (conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)

43890 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/ir/REN_Carta_de_Delimitação_43890_1.jpg

43890 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/ir/REN_Carta_de_Delimitação_43890_2.jpg

611332697

Despacho n.º 4978/2018

Torna-se público que a licenciada Maria do Rosário de Andrade Azevedo, cessou por sua iniciativa, por via de denúncia, a partir do dia 11 de março de 2018, o contrato individual de trabalho a termo incerto iniciado em 1 de outubro de 2007, celebrado para o exercício de funções de Chefe de Projeto da estrutura de apoio técnico do Eixo 3 do Programa Operacional Regional Norte (ON).

27 de abril de 2018. — O Presidente da Autoridade de Gestão do Norte 2020, *Fernando Freire de Sousa*.

311322993

Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.

Aviso n.º 6673/2018

No cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, após a conclusão do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 5 (cinco) postos de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior, para a Direção de Qualificação e Licenciamento, do mapa de pessoal do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., aberto pelo Aviso n.º 9458/2016, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 145, de 29 de julho de 2016, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o exercício de funções na carreira/categoria de técnico superior com a trabalhadora Otília Guerra Margarido, com efeitos a 1 de abril de 2018, ficando posicionada na 2.ª posição remuneratória, nível 15 da tabela remuneratória única, a que corresponde a remuneração ilíquida de 1.201,48€.

O período experimental iniciou-se com a celebração do referido contrato e tem a duração de 180 dias, determinado pelo disposto no n.º 2, da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro.

8 de maio de 2018. — O Vogal do Conselho Diretivo, *João Santiago Leão Ponce Dentinho*.

311333969

Aviso n.º 6674/2018

No cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, após a conclusão do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior, para a Direção de Inspeção, do mapa de pessoal do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., aberto pelo Aviso n.º 5864/2017, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 101, de 25 de maio de 2017, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o exercício de funções na carreira/categoria de técnico superior com a trabalhadora Emília Simões Henriques Xavier, com efeitos a 1 de abril de 2018, ficando posicionada na 2.ª posição remuneratória, nível 15 da tabela remuneratória única, a que corresponde a remuneração ilíquida de 1.201,48€.

O período experimental iniciou-se com a celebração do referido contrato e tem a duração de 180 dias, determinado pelo disposto no n.º 2, da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro.

8 de maio de 2018. — O Vogal do Conselho Diretivo, *João Santiago Leão Ponce Dentinho*.

311333814

Aviso n.º 6675/2018

No cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, após a conclusão do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 5 (cinco) postos de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior, para a Direção de Qualificação e Licenciamento, do mapa de pessoal do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P., aberto pelo Aviso n.º 9458/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 145, de 29 de julho de 2016, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o exercício de funções na carreira/categoria de técnico superior com a trabalhadora Ana Raquel Silva Carvalho, com efeitos a 1 de abril de 2018, ficando posicionada na 2.ª posição remuneratória, nível 15 da tabela remuneratória única, a que corresponde a remuneração ilíquida de 1.201,48€.

O período experimental iniciou-se com a celebração do referido contrato e tem a duração de 180 dias, determinado pelo disposto no n.º 2, da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro.

8 de maio de 2018. — O Vogal do Conselho Diretivo, *João Santiago Leão Ponce Dentinho*.

311333847

Aviso n.º 6676/2018

No cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, após a conclusão do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 5 (cinco) postos de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior, para a Direção de Qualificação e Licenciamento, do mapa de pessoal do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., aberto pelo Aviso n.º 9458/2016, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 145, de 29 de julho de 2016, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o exercício de funções na carreira/categoria de técnico superior com a trabalhadora Maria de Lurdes Pereira Lima Barbosa, com efeitos a 1 de abril de 2018, ficando posicionada na 2.ª posição remuneratória, nível 15 da tabela remuneratória única, a que corresponde a remuneração ilíquida de 1.201,48€.

O período experimental iniciou-se com a celebração do referido contrato e tem a duração de 180 dias, determinado pelo disposto no n.º 2, da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro.

8 de maio de 2018. — O Vogal do Conselho Diretivo, *João Santiago Leão Ponce Dentinho*.

311333911

Aviso n.º 6677/2018

No cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, após a conclusão do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior, para a Direção de Inspeção, do mapa de pessoal do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., aberto pelo Aviso n.º 5864/2017, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 101,